
MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL

Eugénia da Luz Silva Foster^(*)

“Relembrar nunca é um ato tranqüilo de introspecção ou de retrospecção. É um doloroso re-lembrar, uma reagregação do passado desmembrado para compreender o trauma do presente”.

Homi Bhabha

A história e a cultura de Cabo Verde se desenvolveram sob a influência de mais de cinco séculos de colonização portuguesa. O domínio português estendeu-se de 1467 até a independência, em julho de 1975. Ao contrário do que talvez se possa pensar, a posse de um arquipélago de origem vulcânica, situado em pleno oceano Atlântico, tornou-se essencial para toda a subsequente conquista ultramarina de Portugal. Quando o Brasil nem estava no “mapa”, Cabo Verde serviu como um dos “centros experimentais” do comportamento do luso nos trópicos. Plantas, culturas, técnicas agrícolas, gado e cavalos europeus, brancos e mulatos se aclimatavam ao meio ambiente tropical, e de lá, foram transplantados para as Antilhas, Brasil e Costa da África.

Dados oficiais caracterizam a população de Cabo Verde como majoritariamente mestiça (70%), ao passo que apenas 28% é tida como negra. O que essa classificação revela? O que esconde nas entrelinhas? Que processos ela oculta? O que ela explicita? A simples análise desses dados sugere a necessidade de mergulhar nos meandros do processo histórico de negação da negritude. Assim é preciso compreender pessoas que foram, durante séculos, através de geração em geração, obrigadas a renegar sua própria existência, a sufocar suas memórias e as do seu grupo social e a se recolher numa insignificância induzida, como a proibição do uso do dialeto falado por toda a população na escola e em repartições públicas, por exemplo. Tudo isso em nome de uma “portuguesidade” racista e etnocêntrica. O que importava era aproximar-se, o mais possível, do modelo português de ser e estar no mundo.

É evidente que a portuguesidade deixou suas marcas. Ser português do ultramar: esse era e, em muitos casos, ainda é o sonho de muitos caboverdianos cujos vestígios a própria independência não conseguiu desvanecer.

É bem verdade que a população das ilhas, na sua maioria, é o resultado do intercruzamento do português com o africano. No entanto, o que é importante ressaltar aqui é a recusa em

^(*)Pesquisadora e professora-doutora da Universidade Federal do Amapá.

considerar-se negro, ainda que as evidências físicas o demonstrem. Ser mestiço seria uma forma de amenizar o sentido pejorativo de uma negritude sempre rechaçada, estigmatizada.

Ao dirigir meu olhar, neste momento, para esse passado, consigo entender as razões de tão arraigada mestiçagem expressa em falas como: “*Não me chame de negro por que não sou. Meu tataravô era português*”, e outras similares que demonstram um enorme orgulho de ter na família alguma gota de sangue branco. Ao contrário dos Estados Unidos, em Cabo Verde a pessoa pode ter 99% de sangue negro e ter 1% de sangue branco, ela se considera branca!

Principalmente a escola incumbiu-se da tarefa de disseminar a ideia de que ser mestiço é ser superior ao negro. Superior desde que se resignasse à sua condição inferior perante o branco. Uma hierarquia racial que contradiz a tentativa de homogeneização muito comum na época colonial: “*De Minho a Timor todos são portugueses!*”. Essa foi uma ideologia muito difundida nos currículos, nos materiais escolares, numa expectativa de desenvolvimento de um senso de pertença artificial e arbitrário.

A tentativa de desenvolver o sentimento de pertença étnico/racial não foi um processo simples. Envolveu violência considerável contra a população do arquipélago, uma vez que ser português, naquelas circunstâncias, implicava diretamente na negação da caboverdianidade. As consequências já são conhecidas.

De caboverdianos que faziam parte do meu convívio, o que mais escutei nos dezenove anos em que vivi nas ilhas foram expressões negativas, de cunho racista, em relação aos negros do continente africano. Um exemplo bem elucidativo refere-se à época imediatamente posterior à independência das colônias que provocou uma migração maciça de guineenses para Cabo Verde: “*Cuidado com aqueles macacos! Esse pessoal é envolvido com magia negra, há que se ter muito cuidado com esses negros!*” Ou então, “*Essa negrada só veio para acabar com a nossa terra*”. E, ainda hoje, ouço reclamações por parte de pessoas negras de outros países africanos que afirmam serem os caboverdianos extremamente racistas. “*E isto por vocês não serem brancos! Imagine se o fossem!*” – concluem outras. E por aí vão as críticas a essa suposta branquitude de um povo que, sempre demarcando e forjando para si uma identidade étnica diferenciada, vai corroborando as mais pessimistas análises que postulam serem os mestiços, talvez, os mais racistas dos racistas, pois negam a própria raça por se considerarem etnicamente superiores.

Num processo invertido, a educação pode dar decisiva contribuição à busca do real sentido da caboverdianidade, da brasilidade, da negritude, da mestiçagem. De igual modo, o debate entre os que afirmam não sermos africanos, mas caboverdianos, e os que lutam pelo resgate da ancestra-

lidade africana deve ensejar outras práticas mais plurais e solidárias ao processo de construção da nossa identidade. Enquanto o debate continua, urge refletir sobre os sentidos de ser negro ou mestiço num país dependente e subdesenvolvido que sempre estabeleceu conexões com um mundo onde o diferente, seja branco ou mestiço, desde que possua sangue negro, é sempre o excluído.

Com base nesse argumento, penso que a minha condição de caboverdiana e membro de um determinado grupo étnico, que veio ao Brasil e que, aqui, acabou permanecendo, concedeu-me um olhar diferenciado para perceber as muitas aproximações entre o meu país, a África, a Europa, a América, o Brasil, especialmente no tocante às questões raciais.

*Recebido em novembro de 2010
Aprovado em janeiro de 2011*